



Grupo Caixa Geral de Depósitos

# CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fundo Especial de Investimento Aberto

## RELATÓRIO & CONTAS

1º SEMESTRE 2007

### ÍNDICE

<b>AMBIENTE MACROECONÓMICO E MERCADOS FINANCEIROS</b>	<b>2</b>
<b>A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL</b>	<b>4</b>
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>6</b>

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

## AMBIENTE MACROECONÓMICO E MERCADOS FINANCEIROS

A actividade económica mundial continuou a revelar no primeiro semestre de 2007, em termos globais, uma taxa de expansão elevada. Enquanto a zona euro e o Reino Unido continuaram a crescer acima do potencial, a actividade económica nos EUA revelou uma aceleração apenas no segundo trimestre. O agravamento de volatilidade a que se assistiu, ainda no primeiro trimestre, impulsionado pelos receios de um forte arrefecimento da economia chinesa, e pelas dúvidas em torno do impacto que deverá ter o abrandamento do mercado habitacional / actividade de construção nos EUA, não foi suficiente para alterar a retórica dos bancos centrais daqueles blocos económicos. Os elevados níveis de capacidade utilizada, corroborados igualmente pela contínua tendência de descida do desemprego, permitiram justificar os receios demonstrados com uma possível subida de inflação no futuro, embora esta tenha permanecido, de uma forma global, bastante contida.

A melhoria dos indicadores económicos continuou particularmente visível na União Económica e Monetária. A decisão do Banco Central Europeu (BCE) de decretar mais dois aumentos da taxa directora em Março e Junho, acabou, contudo, por não surpreender os investidores, os quais assistiram, ainda, a uma alterações em alta das estimativas do banco central para o crescimento quer em 2007, quer em 2008.

Nos EUA, os indicadores respeitantes ao mercado de habitação permaneceram negativos. As vendas de novas casas mantiveram uma tendência de forte descida, contribuindo para que o investimento residencial permanecesse negativo. Apesar disso, os números relativos ao consumo privado continuaram muito positivos, impulsionados, provavelmente, pela contínua descida do nível de desemprego.

No Japão, sublinhe-se o facto do crescimento económico, ainda respeitante ao primeiro trimestre de 2007, ter voltado a conhecer um arrefecimento, devido a uma variação negativa do investimento privado. A inflação voltou, entretanto, a revelar um crescimento negativo, numa base homóloga, contribuindo desta forma para que o BoJ optasse por não decretar qualquer acréscimo dos juros directores.

Ainda relativamente à Ásia, destaque para a China. A economia continuou a apresentar uma expansão sólida. Relatórios respeitantes ao consumo, actividade industrial e crescimento das exportações apresentaram, sem excepção, ganhos acima do previsto, dando origem a mais dois acréscimos das taxas de juro directoras por parte do respectivo banco central.

Em Portugal, o crescimento económico, referente ainda aos primeiros três meses do ano, registou o maior ganho do último ano, impulsionado sobretudo pelo investimento privado, logo seguido pelo consumo das famílias. Ainda assim, a taxa de desemprego manteve a tendência de acréscimo evidenciada ao longo dos últimos anos, tendo mesmo atingido o valor mais elevado das últimas décadas. Depois da trajectória de subida de 2006, a confiança dos consumidores permaneceu estagnada durante o segundo trimestre. O crescimento dos preços no consumidor, em termos

homólogos, deu a conhecer ao longo do período em análise uma variação em torno dos 2.5%, ainda assim o melhor comportamento dos últimos dois anos.

O mercado de acções europeu manteve, durante praticamente todo o primeiro semestre de 2007, um registo de valorização, mantendo desta forma intacta a tendência de subida dos últimos anos. Os principais índices bolsistas alcançaram, em alguns casos novos máximos. A subida de mercado continuou, por um lado, a ser impulsionada pelo bom momento de crescimento económico que continua a caracterizar a economia mundial, por outro, pelos bons resultados das empresas que foram sendo divulgados, respeitantes ainda ao primeiro trimestre, tanto nos EUA, como na Europa. Simultaneamente, a actividade de *M&A* e de *Private Equity* permaneceu muito forte. No final do mês de Junho, assistimos a um aumento da volatilidade, explicado pelo reajustamento em alta dos níveis de aversão ao risco.

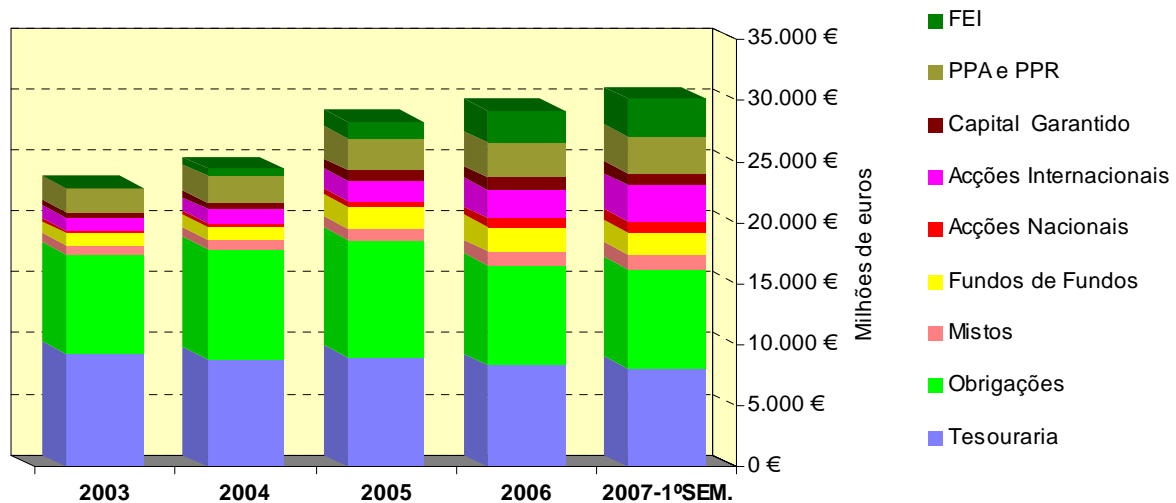
Com uma valorização de 19.5%, o mercado accionista português conheceu uma performance superior aos principais mercados europeus, apenas ultrapassado pelo mercado espanhol.

## A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL

Durante o primeiro semestre de 2007, o mercado de fundos de investimento mobiliário português voltou a registar uma taxa de crescimento positiva. O valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas aumentou 3,5%, para 30.144 Milhões de Euros (M€).

Este crescimento centrou-se fundamentalmente nos Fundos de Acções e nos Fundos Especiais de Investimento (FEI) que registaram aumentos de 716M€ e 499M€, respectivamente.

### MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



**Fonte:** Apfipp

No que concerne a variações negativas, a maior diminuição registou-se nos Fundos de Tesouraria que baixaram 283 M€, seguidos dos Fundos de Fundos que desceram 215M€.

O lançamento de novos fundos foi particularmente dinâmico na primeira metade 2007, tendo sido constituídos 21 novos fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento, e extintos apenas 4 Fundos, elevando assim para 280, o número de fundos mobiliários portugueses.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos mobiliários geriam 87% do volume de Fundos portugueses. A Caixagest, em particular, consolidou a posição de líder de mercado ao atingir uma quota de 23,46%.

O volume de fundos estrangeiros subscrito em Portugal durante o primeiro trimestre de 2007, aumentou +9% para 1082 milhões de euros; sendo os bancos electrónicos as principais entidades comercializadoras destes fundos.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### Caracterização do Fundo

O Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade como Fundo Especial de Investimento Aberto em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações a longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”

### Estratégia de Investimento

O primeiro semestre de 2007 ficou marcado pela consolidação da fase de crescimento verificada em 2006 na carteira do FEI Caixagest Energias Renováveis. A carteira encontra-se diversificada por todos os sectores de energias renováveis, com o sector eólico a representar cerca de 38% da carteira total de investimentos do fundo. Os investimentos realizados pelo FEI continuam a possuir uma maior incidência nos países da União Europeia com especial atenção para Portugal.

O sector de Energias Renováveis tem sido um sector muito evidenciado nos últimos meses. Preocupações sobre o futuro do planeta têm sido fundamentais para o desenvolvimento e crescimento deste sector nos últimos anos. A poluição e a preocupação com as emissões de carbono para a atmosfera têm vindo a ser temas que muito têm preocupado a população.

Durante o primeiro semestre de 2007 o fundo tem vindo a beneficiar com esta maior visibilidade das Energias Renováveis.

### Avaliação do desempenho

No 1º semestre de 2007, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 41.108.033€, distribuídos por 6.970.107 unidades de participação. Desde 30 de Junho de 2006, o Fundo registou uma rendibilidade líquida anual de 21,31% e uma volatilidade de 8,94%.

### Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
Junho 06 / Junho 07	21,31%	3

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

**Fonte:** Apfipp

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2007			2006		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2007	2006
		Activo bruto	Mais- -valias	Menos- -valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS										
Unidades de participação	3	33.708.010	4.874.987	-	38.582.997	25.189.944	CAPITAL DO FUNDO			
							Unidades de participação	1	34.850.535	25.582.615
DISPONIBILIDADES							Variações patrimoniais	1	933.120	301.235
Depósitos à ordem	3	2.662.879	-	-	2.662.879	97.103	Resultados transitados	1	1.462.461	16.863
							Resultado líquido do período	1	3.861.917	(650.623)
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									41.108.033	25.250.090
Outros acréscimos e diferimentos		4.042	-	-	4.042	976	TERCEIROS			
							Comissões a pagar		44.685	14.810
							Outras contas de credores	17	97.200	23.123
Total do Activo		36.374.931	4.874.987	-	41.249.918	25.288.023	Total do Capital do Fundo e do Passivo		141.885	37.933
									41.249.918	25.288.023
Número total de unidades de participação em circulação	1				6.970.107	5.116.523	Valor unitário da unidade de participação	1	5,8978	4,9350

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2007.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

<u>CUSTOS</u>		<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>PROVEITOS</u>		<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>					<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>			
Comissões:					Juros e proveitos equiparados:			
Da carteira de títulos			-	8.085	Outros, de operações correntes		13.873	28.627
Outras, de operações correntes	15		246.194	27.748	Rendimento de títulos		11.664	3.183
Perdas em operações financeiras:					Ganhos em operações financeiras:			
Na carteira de títulos			774.866	993.127	Na carteira de títulos		4.669.633	502.930
Em operações extrapatrimoniais			-	127.736	Em operações extrapatrimoniais		239.254	-
Impostos sobre o rendimento	9		64.567	28.285			<u>4.934.424</u>	<u>534.740</u>
Outros custos e perdas correntes	15		663	563	<b>PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>			
			<u>1.086.290</u>	<u>1.185.544</u>	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		16.603	181
<b>CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS</b>								
Perdas imputáveis a exercícios anteriores			2.820	-				
Resultado líquido do período			3.861.917	(650.623)				
			<u>4.951.027</u>	<u>534.921</u>			<u>4.951.027</u>	<u>534.921</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007.



FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	11.544.607	28.907.976
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	(9.071.699)	(9.941.942)
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo</b>	<u>2.472.908</u>	<u>18.966.034</u>
 <u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Resgates de unidades de participação	4.501.108	1.996.078
Rendimento de títulos	132.065	3.183
Pagamentos:		
Subscrições de unidades de participação	(9.999.988)	(26.593.745)
Comissões de corretagem	-	(598)
Outras taxas e comissões	-	(62)
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos</b>	<u>(5.366.815)</u>	<u>(24.595.144)</u>
 <u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	4.219	2.583.989
Pagamentos:		
Operações cambiais	-	(2.712.025)
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>	<u>4.219</u>	<u>(128.036)</u>
 <u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	12.382	30.501
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(198.551)	(6.485)
Comissão de depositário	(23.602)	(4.324)
Impostos e taxas	(48.400)	(2.331)
Outros	(1.911)	-
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>	<u>(260.082)</u>	<u>17.361</u>
 <u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u>		
Recebimentos:		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	51.601	-
<b>Fluxo das operações eventuais</b>	<u>51.601</u>	<u>-</u>
 <b>Saldo dos fluxos monetários do período</b>	<u>(3.098.169)</u>	<u>(5.739.785)</u>
<b>Depósitos à ordem no início do período</b>	5.761.048	5.836.888
<b>Depósitos à ordem no fim do período</b>	<u>2.662.879</u>	<u>97.103</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007.

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (adiante igualmente designado por "Fundo"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeitos do anexo às contas semestrais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, apresenta o seguinte detalhe:

	Saldos em 31.12.2006	Subscrições	Resgates	Transferências	Outros	Resultado líquido do período	Saldos em 30.06.2007
Valor base	32.715.480	9.816.630	(7.681.575)	-	-	-	34.850.535
Diferença para o valor base	595.267	1.727.977	(1.390.124)	-	-	-	933.120
Resultados transitados	16.862	-	-	1.445.598	1	-	1.462.461
Resultado líquido do período	1.445.598	-	-	(1.445.598)	-	3.861.917	3.861.917
	<u>34.773.207</u>	<u>11.544.607</u>	<u>(9.071.699)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>3.861.917</u>	<u>41.108.033</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>6.543.096</u>	<u>1.963.326</u>	<u>(1.536.315)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.970.107</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,3145</u>	<u>5,8801</u>	<u>5,9048</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,8978</u>

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do semestre findo em 30 de Junho de 2007, foi o seguinte:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
Janeiro	35.388.488	5,3986	6.555.094
Fevereiro	35.867.015	5,4628	6.565.709
Março	36.722.573	5,5612	6.603.345
Abril	38.138.712	5,7070	6.682.785
Maio	39.142.963	5,8263	6.718.288
Junho	41.108.033	5,8978	6.970.107

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2007  
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2007, o número de participantes em função do Valor Líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

Entre 0,5% e 2%	7
Até 0,5%	2.053
	-----
Total de participantes	2.060
	=====

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de Junho de 2007, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais-valias</u>	<u>Menos-valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Valores mobiliários nacionais não cotados				
Unidades de participação				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	123.448	-	4.623.448
- LUSO CARBON FUND	2.500.000	8.567	-	2.508.567
	<u>7.000.000</u>	<u>132.015</u>	<u>-</u>	<u>7.132.015</u>
Unidades de participação:				
OIC domiciliados em Portugal				
- CAIXAGEST MOEDA - FUNDO DE TESOURARIA	112.468	3.198	-	115.666
OIC domiciliados em Estado Membro UE				
- MLIIF-NEW ENERGY A2	9.622.278	2.544.959	-	12.167.237
- PF - WATER I	7.131.313	848.604	-	7.979.917
- NOVEENERGIA II 2010	4.500.000	28.821	-	4.528.821
- EUROPEAN CARBON FUND	1.000.000	292.876	-	1.292.876
	<u>22.253.591</u>	<u>3.715.260</u>	<u>-</u>	<u>25.968.851</u>
OIC domiciliados em Estado Não Membro UE				
- BABCOCK & BROWN WIND	4.341.951	1.024.514	-	5.366.465
	<u>33.708.010</u>	<u>4.874.987</u>	<u>-</u>	<u>38.582.997</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, foi o seguinte:

	<u>Depósitos à ordem</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	5.761.048
. Aumentos	-
. Reduções	( 3.098.169 )
	-----
Saldo em 30 de Junho de 2007	2.662.879
	=====

Em 30 de Junho de 2007, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na CGD, e apresentam a seguinte decomposição por moeda de origem:

<u>Moeda</u>	<u>Montante na moeda original</u>	<u>Contravalor em Euros</u>
EUR	2.401.823	2.401.823
AUD	414.687	261.056
		-----
		2.662.879
		=====

Em 30 de Junho de 2007, os depósitos à ordem denominados em Euros eram remunerados à taxa anual bruta de 3,97%.

#### 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulga, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no período em que são recebidos ou quando a sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo, excluído do valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela sociedade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões - Outras, de operações correntes".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2007  
(Montantes expressos em Euros)e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. Em 30 de Junho de 2007, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Impostos sobre o rendimento pagos em Portugal:	
. Rendimento de unidades de participação	61.790
. Juros de depósitos à ordem	2.777
	-----
	64.567
	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2007, o Fundo detém os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

Moeda

AUD	8.884.948
Contravalor em Euros	5.593.294
	=====

Nesta data, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Custos</u>	<u>Valor</u>	<u>% Valor médio líquido global do Fundo</u>
Comissão de gestão:		
Componente fixa	223.312	0,6023%
Componente variável	-	
Comissão de depósito	15.951	0,0430%
Taxa de supervisão	6.931	0,0187%
	-----	
	246.194	
Outros	663	0,0018%
Comissões e taxas indirectas	276.203	0,7450%
	-----	
	523.060	
	-----	
Valor médio líquido global do Fundo	37.076.565	
Taxa global de custos (TGC)	1,4108%	

17. OUTRAS CONTAS DE CREDITORES

Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Impostos a regularizar	96.527
Outros	673
	-----
	97.200
	=====

A rubrica de "Impostos a regularizar" corresponde ao imposto a pagar relativo aos rendimentos obtidos fora do território português no decurso do primeiro semestre do ano, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 do Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), incluída no relatório de gestão, no balanço (que evidencia um total de 41.249.918 Euros e um total de capital do Fundo de 41.108.033 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.861.917 Euros), nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, são as que constam dos registos contabilísticos do Fundo.

### Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

## Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e nas Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever, para os aspectos materialmente relevantes: (i) o suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

## Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.




Página 3 de 3

## Ênfase

9. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 30 de Junho de 2007, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 948.000 Euros.

Lisboa, 28 de Agosto de 2007

  
\_\_\_\_\_  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães